

A Base Nacional Comum Curricular e suas propostas referentes a uma educação política no ensino fundamental

Kezia Pereira de Almeida¹

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a Base Nacional Comum Curricular e questionar suas propostas referentes ao assunto política dentro do currículo da educação básica. Em uma análise dos últimos acontecimentos políticos no Brasil, foi possível perceber uma grande falta de informação por parte dos brasileiros para com o tema política. Levando em consideração que a educação escolar é grande influenciadora na formação dos seres humanos críticos e pensantes, se percebe a necessidade de analisar como o tema está sendo trabalhado no ambiente escolar e dentro do documento normativo para a rede de ensino público e privado. O objetivo do trabalho não foi depreciar a Base Nacional Comum Curricular, até porque ela cumpre formalmente o seu papel em incluir uma política cidadã dentro dos currículos escolares, o papel foi refletir de que forma a BNCC propõem trabalhar o assunto política na prática. Além disso, o trabalho pretende questionar se essa forma proposta contribui para os atuais problemas existentes na formação política dos cidadãos brasileiros. A base teórica bibliográfica conta com autores como Paulo Freire, Ira Schor e J. Ribeiro e a análise de livros, artigos e da terceira versão da base nacional comum curricular (2018). A partir da análise, se percebe a falta do assunto política enquanto conteúdo metodológico dentro da BNCC, o Assunto não é visto como a atenção merecida que segundo o autor Paulo Freire e de extrema importância, quando o assunto é citado, vem dentro de algum contexto, ou seja, não se tem uma competência específica voltada para a política, fora dos padrões e misticismos. Esse texto está dividido em dois capítulos.

Palavras-chave: Política, currículo, educação, BNCC.

Abstract

This research aimed to analyze the Brazilian's common curriculum basis (known as Base Nacional Comum Curricular – BNCC) and to question their proposals regarding the political subject within the basic education curriculum. In an analysis of the latest political events in Brazil, it was possible to notice a great lack of information on the part

¹ Aluna do curso de Licenciatura em História pela Universidade do Estado da Bahia- UNEB CAMPUS X.

of Brazilians on the political issue. Taking into account that school education is a major influence on the formation of critical and thinking human beings, it is possible to notice that there is a need to analyze how this theme has been worked in the school environment and within the normative document for the public and private education network. The objective of this work was not to depreciate the Brazilian's common basis (BNCC) especially because it formally fulfills its role in including a citizen policy within the school curriculum, its role was to reflect how the BNCC intends to work political subject in practice. In addition, the paper intends to question whether this proposed form contributes to the current problems in the formation of Brazilian citizens. The bibliographic theoretical basis includes authors such as Paulo Freire, Ira Schor and J. Ribeiro and some books analysis, articles and the third version of the BNCC (2018). From the analysis, the lack of the political issue is perceived as methodological content within the BNCC, this content is not seen as the deserved attention that according to the author Paulo Freire is so important. When the subject is mentioned, it comes within some context, it means that the BNCC does not have any specific political subject competence outside of standards and mysticisms. This text is organized into two chapters.

Keywords: Policy; School curriculum; Education; BNCC.

Introdução

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a Base Nacional Comum Curricular e questionar suas propostas referentes ao conceito política dentro do currículo da educação básica. Busca-se refletir sobre toda uma inquietação a respeito desse tema, desde a sua importância até as suas problemáticas, levantando propostas e possibilidades que talvez possam contribuir para uma melhor educação política no Brasil.

Em torno da história da humanidade, as condutas humanas são reflexos de ações políticas, sendo que nenhum ser humano pode fugir da presença da política até mesmo nas suas decisões mais singulares e diárias. Quando nos referimos a cidadania, a educação é um pré-requisito para que o ser humano saiba garantir seus direitos. Segundo José Murilo de Carvalho (2010), nos países onde a cidadania se desenvolveu com mais rapidez, por uma razão ou outra a educação popular foi introduzida,

permitindo que as pessoas tomem conhecimento de seus direitos, se organizando para lutar por eles e conseqüentemente participando de forma crítica na organização do seu estado-nação.

A escolha do tema da pesquisa tem como objetivo a análise da realidade brasileira no âmbito da educação política e cidadã. Segundo BENEVIDES (1996), no Brasil ainda persiste a cultura da política oligárquica e em alguns períodos da história, como por exemplo de ditadura militar (1964), os direitos e as atividades políticas dos cidadãos foram reduzidas para corresponder uma participação economista de participação popular. Porém, com o desenvolvimento do país e o reconhecimento universal de que não há desenvolvimento exclusivamente econômico sem o desenvolvimento político e social, que começou a se pensar no Brasil a visão da educação como algo importante para o desenvolvimento de uma nação.

Foi levando em consideração a importância da política, sua grande capacidade de influenciar as ações das pessoas e o papel da escola como principal objeto para a formação de pessoas críticas e pensantes, que se percebe a necessidade de analisar como as leis educacionais estão propondo trabalhar o assunto política dentro das instituições educacionais brasileiras. Além disso é sábio que existe na educação brasileira um espaço para a educação cidadã, na maioria das vezes confundida com civismo, como veremos.

Outro ponto a ser considerado relevante é que a história política brasileira tem suas complexidades e vem nos surpreendendo com mudanças significativas em tempos relativamente pequenos, sendo assim, a falta de informação e de participação dos brasileiros nessas ações nos leva por um segundo a pensar que todos esses problemas políticos existentes no Brasil hoje, são apenas reflexos da falta de conhecimento e participação política, como diz Ivo Campos, professor da Rede Municipal de Ensino de Dourados (2011), " banalizar a política é abrir portas para a corrupção".² Além disso, não podemos nos esquecer de Anísio Teixeira (1936), em seu estudo sobre a "educação paternalista", que se destina a explicar como o governo visa educar a população para a plena obediência, sem conhecimento para se opor e relutar por seus direitos.

As pesquisas relacionadas à educação brasileira são vastas e de grande importância para um conhecimento mais aprofundado da nossa cultura educacional. Foi

² Ivo Campos é professor da Rede Municipal de Ensino de Dourados. Campivo@hotmail.com.

possível encontrar na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), até 30 de abril de 2018, 52 pesquisas sobre o tema BNCC, número que a cada dia vem a crescer, se levarmos em conta o pouco tempo de existência da Base Nacional.

Meu objetivo com essa pesquisa é analisar a base e perceber se o assunto política esta incluído nos currículos de forma que esteja contribuindo para que o aluno do ensino fundamental tenha um conhecimento crítico sobre o assunto, da mesma forma se o assunto esta o elevando ao seu exercício pleno como cidadão não apenas cívico, mas com participação crítica na organização do país. Não tenho a finalidade de depreciar a Base Nacional Comum Curricular, até porque encontrei nela diversos pontos interessantes e de grande importância para a educação brasileira. A base trabalha de forma muito singular o indivíduo e respeita a todo o momento as diferenças culturais que abrangem o nosso território, no que se refere à política cidadã ela cumpre formalmente o seu propósito, porém, na respectiva análise foi possível perceber que ela contextualiza muito os termos, ocasionando a falta da política como conteúdo metodológico nos currículos nacionais, assuntos que vamos trabalhar no decorrer do trabalho.

A base teórica para esse estudo é bibliográfica, mediante a análise de livros, artigos e da terceira versão da Base Nacional Comum Curricular (2018). Para ter uma visão mais ampla e além do senso comum do que é fato política, busquei no livro "Política, Quem manda, Porque manda, Como manda" (2000), de João Ubaldo Ribeiro (1941-2014), os vários conceitos que a palavra pode conter. Para uma melhor compreensão da área educacional o livro de Paulo Freire e Ira Shor, Medo e Ousadia (1987) foi um grande aliado, ainda mais referente "aos temores e os riscos da transformação na educação". Não poderia fugir também da área filosófica e dos grandes clássicos das ciências políticas, como Aristóteles (384- 322 a. C.) e Thomas Hobbes (1588-1679), que mesmo sendo autores opostos teoricamente deram base para compreender melhor o ser humano em suas e suas formas de organização.

O conceito da política

Muitas vezes para o senso comum a política é vista como um assunto polêmico e é quase sempre evitado por conta das discórdias existências acerca das opiniões sobre do tema. Evitar esse assunto, ou então levar em conta somente as informações repassadas pela mídia e pelo que ouvimos das pessoas, acarreta um conhecimento distorcido do que realmente é a política. Para os estudiosos como Jean Wyllys jornalista

e deputado federal (PSOL-RJ) e Bertolt Brecht grande poeta do século XX, essas pessoas são vistas como analfabetas políticas, ou seja, aquela pessoa que não participa, não atua e não opina sobre questões importantes acerca da política do seu país, aquela pessoa que olha apenas para o "seu nariz". Segundo João Ubaldo Ribeiro (1941-2014), quando nos recusamos a discutir política ou até mesmo a participar dela, sem perceber está praticando um ato político, pois não opinar em algo significa que estamos em plena concordância, ou seja, se não gostamos do governo do nosso presidente e também não fazemos nada para que ele mude suas atitudes, estamos apenas concordando com as suas decisões.

Assim, quando estamos pensando em cuidar de nossa vida apenas, sendo “apolíticos”, na verdade estamos somente com a vista curta ou então somos comodistas, não achando que as coisas estão tão ruins assim, para que procuremos fazer algo para mudá-las. (UBALDO, 1998, p.11)

Segundo João Ubaldo Ribeiro (1941-2014) política é alguma forma de poder e as consequências de tal, assim como todo ato de poder, é complexa e cheia de complicações. Porém, para o autor, definir política somente a formas de poder não seria suficiente para mostra suas dimensões, primeiro é preciso saber o que é poder. De uma forma muito simples o poder é a "capacidade de influenciar o comportamento das pessoas" mediante a um processo de formulação e tomada de decisões.

De forma mais abrangente a política estabelece normas e interesses, não necessariamente é a atuação do governo para a população, pois pode existir uma forma de poder dentro de uma empresa, dentro de uma escola e até mesmo dentro da nossa família. O que devemos ficar atentos é que a política sempre esteve presente em nossas vidas, todas as nossas ações são reflexos de atos políticos e somente um ato político poderá resolver todas as problemáticas que podem surgir em uma sociedade vivendo em comunidade.

A Política não é, pois, apenas uma coisa que envolve discursos, promessas, eleições e, como se diz frequentemente, “muita sujeira”. Não é uma coisa distinta de nós. É a condução da nossa própria existência coletiva, com reflexos imediatos sobre nossa existência individual, nossa prosperidade ou pobreza, nossa educação ou falta de educação, nossa felicidade ou infelicidade. (UBALDO, 1998, p.16)

Assim como vários fenômenos, os primórdios da política foram abordados pela filosofia, segundo Aristóteles (384-322 a. C.) os seres humanos são animais socialmente políticos, sendo assim, já nascem dentro de uma comunidade política, mais

tarde com a evolução das espécies e por conta da necessidade de segurança, os seres humanos começaram a viver mais próximos uns dos outros, surgindo assim a Polis que é cidade, um processo natural da evolução das comunidades. Dessa convivência mais próxima de uns com os outros surgiu à necessidade de uma organização, para que houvesse mais harmonia entre os homens, se antes todas as decisões eram tomadas por meio da força o estado surgiria com suas ideologias para resolver os conflitos de uma forma racional. As resoluções dos problemas começaram a ser tomadas por grupos, porém pela dificuldade da unanimidade das ideias e também com o crescimento das cidades, surgiu a necessidade de pessoas para estarem à frente dos estados, ou seja, no poder tomando as decisões pela maioria. A forma como se escolhem essas pessoas varia de estado e de época, a forma como elas governam também é bem relativa.

É relativa também a ideia de como é o homem na sua forma mais natural, se para Aristóteles os seres humanos já nascem seres políticos, para Tomas Hobb's (1588-1679) os homens em sua natureza são maus tendo em si a carência de um estado que o controle, pois ao contrário, iria existir uma guerra de todos contra todos. Então segundo Hobb's o estado é criado pelos próprios seres humanos através de um contrato social e pela plena necessidade de controle.

O motivo que leva os seres humanos a criar os Estados é o desejo de abandonar essa miserável condição de guerra que [...] [surge] quando não existe poder visível que os controle [...]. O único caminho para criar semelhante poder comum, capaz de defende-los contra a invasão dos estrangeiros [...], assegurando-lhes de tal modo que por sua própria atividade e pelos frutos da terra poderão alimentar-se a si mesmos e viver satisfeitos, é conferir todo o seu poder e fortaleza a um homem ou a uma assembleia de homens [...] que representem sua personalidade [...]. Isso é algo mais que consentimento ou concórdia; é uma unidade real de tudo isso em uma e mesma pessoa, instruída por pacto de cada homem com os demais [...]. Feito isso, a multidão assim unida em uma pessoa se denomina **Estado**. (HOBBS, 1973, p.327-328).

Existem vários outros autores clássicos da política como Maquiavel, Locke e Rousseau que tentaram de alguma forma explicar como é o ser humano na sua forma natural e qual a melhor forma para manter a ordem entre eles. Como vimos, segundo Hobb's para que exista a ordem é necessário à existência de um controle, ou seja, um estado que exerça seu poder em nome de todos. É bem ambígua essa questão sobre qual seria a melhor forma de se organizar a sociedade, mas o que sabemos é que hoje existem estados, diferentes estados com as mais diversas formas de atuação, como por exemplo, o absolutismo, a democracia, o parlamentarismo, a aristocracia, o presidencialismo e totalitarismo.

O estado surge para servir o indivíduo, porém de que forma ele serve esse indivíduo e se de fato essa forma de poder está sendo positiva e democrática para a maioria do grupo é algo bem contraditório. Em torno da história da humanidade é muito comum o poder está nas mãos de poucos ou então nas mãos das elites, e mesmo que muitos estados se dizem democráticos eles acabam sempre praticando atos não democráticos, pois a democracia só pode existir se houver uma soberania ou forma popular bem estabelecida. Sendo assim, segundo João Ubaldo Ribeiro (1941-2014) política é ação e por mais que muitas vezes ações políticas geram reflexos negativos, não podemos evitar que ela se faça presente em nossas vidas.

Segundo Jose Murilo Carvalho em seu livro Cidadania no Brasil (2010), o exercício pleno da cidadania se garante com o exercício de três poderes o jurídico, político e o social. O conhecimento da especificidade da organização dos pais pelos cidadãos que vivem nele é de extrema importância para a garantia desses três direitos sociais e assim salvaguardar o exercício da cidadania.

A base nacional e algumas propostas para trabalhar política

A Base Nacional é documento formativo que determina as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver durante a Educação Básica, é muito conhecida por suas habilidades e competências e tem como proposta desenvolver competências gerais visando à formação humana em suas múltiplas dimensões.

A Base Nacional Comum Curricular é mais detalhada do que os atuais Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e ambas são amparadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A Base nacional vem sendo discutido a muitos anos, já sobreviveu a seis ou sete ministros e a dois presidentes, a sua primeira versão foi disponibilizada para público em 2015, a segunda versão foi publicada em maio de 2016 e a terceira, que passou a ser implementada e que é base dessa pesquisa, foi em 2018. É importante ressaltar, que até a respectiva data da realização desse trabalho é possível que a base tenha sofrido alterações, pois não estamos falando de um documento estável e sim de um documento que tende a mudar com o passar do tempo.

A Base Nacional Comum curricular é dividida em três partes da educação básica, sendo elas Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Dentro dessas partes o documento está organizado em áreas de conhecimentos, sendo elas

muitas vezes Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso. Dentro das áreas de conhecimento se encontra as especificidades dos diferentes componentes curriculares. As unidades temáticas estão divididas de acordo com cada ciclo de aprendizagem, conteúdo objetos de conhecimento e habilidades específicas de cada ano ou ciclo. Sendo assim, a base não deixa de fora nenhum momento da educação básica e propõem habilidades e competências para todos os anos escolares.

Foi possível encontrar a palavra política 83 vezes no documento, fora os seus sinônimos, governo 7 vezes, regime 7 vezes, cidadania 27 vezes e cidadão 9 vezes. A palavra política devido aos seus múltiplos sentidos é muito citada contextualizada a outros assuntos, se fala muito de política educacional como uma base para contribuir para outras políticas e ações. Porém, a política mais citada é a cidadã, justamente aquela que visa incentivar o protagonismo do cidadão nas ações políticas, porém, é vista em muitos momentos como mero ornamento retórico, se confundido com o civismo, sem contextualização crítica.

Nas habilidades e nos objetivos de conhecimento também se encontra muito a palavra política, porém dentro de um determinado contexto ou assunto. Por exemplo, uma das competências específica de história para o ensino fundamental é "descrever, comparar e analisar processos históricos e mecanismos de ruptura e transformação social, política, econômica e cultural", sem contar nas várias outras propostas, como identificar as formas de organização social e política de determinadas regiões. No 6º do ensino fundamental se encontra um pouco das noções de cidadania e política em Grécia e Roma, a centralização política e os conflitos na Europa. A BNCC caracteriza a importância do conhecimento social dos principais acontecimentos políticos no Brasil desde o século XVI até os dias atuais. No sexto ano do ensino fundamental, onde é apresentado para os discentes as civilizações antigas da Grécia e Roma, assim como o tema democracia, seria uma ótima oportunidade para trabalhar os conceitos políticos, comparando as permanências e rupturas que a democracia sofreu no mundo e como ela é colocada em prática do Brasil. Nas habilidades essenciais se propõem o seguinte: "Explicar a formação da Grécia Antiga, com ênfase na formação da polis e nas transformações políticas, sociais e culturais" e "Associar o conceito de cidadania a dinâmicas de inclusão e exclusão na Grécia e Roma antigas". (p. 419)

Como vimos não existe a falta do conhecimento político dentro da Base Nacional Comum Curricular, o que existe é a falta do conhecimento político enquanto conteúdo metodológico. Quando digo enquanto conteúdo, sinalizo a importância de ser ter dentro da BNCC, na área de ciências humanas uma competência específica voltada para a educação política e que essa competência siga as disciplinas, formando unidades temáticas específicas para o conceito e significado da palavra política, fazendo junção sempre a realidade política da sociedade em que os alunos estão inseridos.

Existe hoje no Brasil a necessidade de recuperar a função original da política, quebrar os preconceitos e paradigmas. Para que esse objetivo seja alcançado, não poderia existir lugar melhor para colocá-lo em prática se não nas escolas. Pouca gente hoje sabe qual a função de um vereador, prefeito, deputado e etc. Quando não aprendemos sobre tais assuntos, sabemos que é bem complicado participar de forma ativa dentro dos temas de organização do nosso país.

É necessário levar em consideração a importância do papel dos professores na hora da inclusão de novas metodologias nos currículos escolares. A base nacional sozinha não educa ninguém e no que se refere a educação política, os professores são de grande importância para levar os alunos a debates críticos e produtivos. Não quero entrar aqui no dilema existente do movimento "escola sem partido", até porque já falamos sobre política e bem sabemos que seus conceitos vão muito além de "direita e esquerda", o que proponho é trabalhar a política na sua forma mais pura, coisa que infelizmente até os próprios educadores tem dúvidas.

São vários os fatores que levam a resistência dos professores para trabalhar tais temas nas aulas, Paulo Freire e Ira Shor no livro Medo e Ousadia (1986), nos mostra a importância de uma educação transformadora que exerça seu papel político, formando seres humanos plenos para o exercício da cidadania. Esses autores também nos mostra quais os temores e os riscos das transformações na educação, quando analisamos, percebemos que eles são muitos. Ira Shor diz que os professores temem perder seu emprego por estar participando de uma educação emancipadora, temem ser tachados de "radicais", temem perder o emprego ou não conseguir os cursos desejados, temem se envolver em alguma política de oposição nas instituições, enfim, muitos educadores sentem medo, e isso é normal quando se deseja ter atitudes diferentes. O importante é que o educador sempre se reconheça como agentes políticos.

Discutimos a transformação do professor, mas creio que temos de examinar os temores que os professores têm de se transformar. Já ouvi professores falarem direta e indiretamente sobre seus temores. (PAULO FREIRE E IRA SHOR. 1989, p .67)

O que quero dar ênfase é que na prática precisamos saber informações básicas sobre política, como por exemplo, as funções de um vereador, prefeito, deputado, senador e etc. É muito comum quando se chegar perto das eleições presidenciais onde se tem como objetivo que eleger governador, dois deputados, dois senadores e presidente os cidadãos se perguntam para que tanta gente e tanto cargo, muitas vezes votam desentendidos e desinformados das verdadeiras propostas de seus candidatos.

Outro fator que precisamos levar em consideração é acerca da informação, a informação escolar hoje é concorrida com vários outros informações, como por exemplo, televisão e internet. Trabalhar assuntos como política em sala de aula evita que os alunos tomem como verdade qualquer informação que é passada para eles, fazem com que eles adquiram um pensamento crítico e questione qualquer notícia recebida.

Considerações finais

Acredito na educação política e sei que ela é possível e necessária mediante ao acordo das várias entidades responsáveis pela educação, dentre elas o estado, os educadores e as instituições. Para isso é preciso que a educação no nosso país seja mais valorizada e que a política seja vista com mais prioridade dentro dos currículos escolares.

Não existe lugar melhor para a conscientização e reflexão política se não dentro da sala de aula, é preciso que desde de pequeno o cidadão brasileiro saiba valorizar a política como algo fundamental para as resoluções de todos os problemas cotidianos. É claro que levo em consideração que o papel da mudança na educação não se priva somente as leis educacionais como o Parâmetros a Base Nacional, o professor tem grande responsabilidade para com o tema. Infelizmente o problema da falta de conhecimento político não está presente somente nas escolas, mas sim em todas as instâncias da sociedade, nas ruas, nos lares e na mídia.

O preconceito político existe no Brasil e ele precisa ser quebrado o mais rápido possível.

Referências

FREIRE, Paulo; SCHOR, Ira. . **Medo e ousadia:** o cotidiano do professor. 2. ed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 224 p

WEFFORT, Francisco C. . **Os clássicos da política.** 2. ed São Paulo: Ática, 1991 2 v

WYLLYS, Jean. Analfabetos políticos,214. Acessado em:
[http://www.estadao.com.br/noticias/geral,analfabetos-politicos,1146722,](http://www.estadao.com.br/noticias/geral,analfabetos-politicos,1146722)

CARVALHO, Jose Murilo de, Cidadania no Brasil: o longo caminho. – 13º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

RIBEIRO, U. J. Política; quem manda, por que manda, como manda.3.ed.rev. por Lucia Hippolito. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

Benevides, Maria Victoria de Mesquita. "Educação para a democracia." *Lua Nova: Revista de cultura e política* 38 (1996): 223-237.